

**MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC****PROCESSO SELETIVO PÚBLICO****EDITAL Nº 01/2025**

O **Município de Balneário Arroio do Silva/SC**, representado pelo Prefeito Evandro Scaini, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal e emendas, **TORNA PÚBLICO** a realização de Processo Seletivo Público, sob o regime jurídico estatutário (Lei Complementar Municipal nº. 108/2019), para preenchimento de vagas em caráter temporário conforme Lei Complementar Municipal nº. 53/2013, para os cargos do quadro de pessoal nas diferentes Secretarias do Poder Executivo Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, com a execução técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Carreiras Públicas e Desenvolvimento Institucional - Instituto Legalle, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, pela Lei Orgânica do Município, e nas demais disposições legais vigentes.



1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Processo Seletivo Público - Município de Balneário Arroio do Silva/SC	
Site: www.institutolegalle.org.br	E-mail: contato@institutolegalle.org.br
Período de inscrições: de 14 novembro 2025 às 18 horas de 02 dezembro 2025	Prova Teórico-Objetiva (provável): 21 dezembro 2025

1.1 O Processo Seletivo Público será executado pelo:**Instituto Brasileiro de Carreiras Públicas e Desenvolvimento Institucional - Instituto Legalle**

Rua Hércules Galló, nº 1526, Caxias do Sul/RS

CEP: 95.020-330

 **E-mail:** contato@institutolegalle.org.br **Telefone:** 54 3770 1329 **WhatsApp:** +55 800 818 0001

- 1.2** A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao Certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.3** O Instituto Legalle informará por e-mail o local de prova e outras informações. O Instituto Legalle não se responsabilizará, no entanto, por qualquer falha na entrega de mensagens eletrônicas, causada por endereço eletrônico incorreto ou por problemas no provedor de acesso do candidato ou qualquer outro problema de ordem técnica. A comunicação por meio eletrônico é meramente informativa, devendo o candidato sempre consultar o site do Processo Seletivo na Internet www.institutolegalle.org.br, na **Área do Candidato**, para verificar as informações oficiais do Certame e imprimir o Cartão de Confirmação de Inscrição - Local de Prova.
- 1.4** O conteúdo programático das provas é o constante do Anexo 2 deste Edital.
- 1.5** Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelos candidatos no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal.

- 1.6 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o seu descumprimento, e nem para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 1.7 Ao realizar a sua inscrição o candidato aceita que os seus dados pessoais sejam tratados e processados de forma a permitir a efetiva execução do Processo Seletivo Público, autorizando expressamente a divulgação do seu nome, data de nascimento, CPF, número de inscrição e notas/conceitos obtidos nas avaliações prestadas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem à Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.
- 1.8 Quando da inscrição, o candidato fará o cadastro de uma senha para acesso à ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO.
- 1.9 A referida senha é pessoal e intransferível e permitirá ao candidato o acesso a informações sobre o seu desempenho, respostas aos recursos interpostos, bem como a alteração de dados cadastrais e alterações de endereço, telefones de contato ou e-mail.
- 1.10 Após o encerramento do Processo Seletivo Público as alterações de contato telefônico devem ser comunicadas por escrito à Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva pelo e-mail: ***adm@arroiodosilva.sc.gov.br***.
- 1.11 A qualquer tempo o Instituto Legalle poderá solicitar ao candidato o envio de documentos originais para conferência da autenticidade dos arquivos digitais ou documentos não originais. Os custos de envio serão suportados pelos candidatos.
- 1.12 Demais informações das etapas serão disponibilizadas nas suas convocações e seus resultados.

2 ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

- 2.1 A seleção de que trata o presente Edital compreenderá as seguintes etapas:

Para as funções de **Assistente Social, Agente Comunitário de Saúde, Agente Administrativo, Agente de Combate as Endemias, Auxiliares Serviços Gerais, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Auxiliar Operacional de Creche, Cirurgião Dentista ESF, Eletricista, Enfermeiro, Enfermeiro ESF, Engenheiro Agrimensor, Farmacêutico Bioquímico, Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Serviços, Fisioterapeuta, Fiscal de Vigilância Sanitária, Fonoaudiólogo, Lubrificador/Lavador, Médicos (todos), Merendeira, Monitores (todos), Nutricionista, Pintor, Psicólogo, Recepcionista/Telefonista, Secretário de Escola, Servente de Escola, Técnicos de Enfermagem, Técnico de Informática e Vigia.**

- **Prova Teórico-Objetiva com questões objetivas** de caráter eliminatório e classificatório.

Para as funções de **Professores (todos).**

- **Prova Teórico-Objetiva com questões objetivas** de caráter eliminatório e classificatório;
- **Prova de Títulos** de caráter classificatório.


Para as funções de **Motoristas e Operador de Equipamento.**

- **Prova Teórico-Objetiva com questões objetivas** de caráter eliminatório e classificatório;
- **Prova Prática** de caráter eliminatório e classificatório.

- 2.2 As provas realizadas pela Banca Organizadora do presente Processo Seletivo Público serão realizadas no Município de Balneário Arroio do Silva/SC. Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, poderão ser aplicadas em outras localidades.

3 ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 3.1 Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, no prazo previsto do Edital:

 **Pela internet** (www.institutolegalle.org.br) por meio de *upload* (carregamento) no site do Processo Seletivo Público.



Envio pela Internet (*Upload*)

- 3.2 Para o envio de documentos pela Internet (*UPLOAD*), o candidato deverá:
- Digitalizar (escanear) os documentos que deseja transmitir, de forma legível, no formato PDF;
 - Acessar o site www.institutolegalle.org.br do Processo Seletivo Público;
 - Na **ÁREA DO CANDIDATO**, procurar o botão/link correspondente ao envio desejado;
 - Antes de finalizar, o candidato deve conferir se os arquivos desejados para envio estão corretos, pois não poderá alterá-los após o envio;
 - Após a seleção dos arquivos, clicar em “salvar/enviar/finalizar” (conforme procedimento escolhido).
- 3.3 Não são admitidas, após o envio, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 3.4 Caso o nome declarado no Formulário de Inscrição for divergente do apresentado nas documentações entregues, será necessário um documento que comprove essa alteração.
- 3.5 O Instituto Legalle e a Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva não se responsabilizarão por solicitações não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, a impressão dos documentos solicitados e/ou o pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4 FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO E FORMAÇÃO EXIGIDA

- 4.1 As funções objeto do presente Processo Seletivo Público e os requisitos de escolaridade são descritos na tabela a seguir:

Tabela 1 Funções, vagas, carga horária, vencimento básico e formação exigida

Funções	Vaga(s)	Carga horária	Vencimento básico	Formação exigida
Assistente Social	CR	40h	R\$ 4.092,18	Curso superior de Assistência Social, com registro no conselho ou órgão competente.
Agente Comunitário de Saúde	CR	40h	R\$ 3.036,00	Ensino Médio Completo e residir no Município de Balneário Arroio do Silva/SC por mais de 30 (trinta) dias, contado da publicação deste Edital.
Agente Administrativo	CR	40h	R\$ 1.981,80	Ensino Médio Completo e conhecimento em informática.

Agente de Combate às Endemias	CR	40h	R\$ 2.824,00	Ensino médio completo, conhecimento em informática e experiência na área de atuação e portador de CNH categoria AB, de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN.
Auxiliar de Serviços Gerais - Externo	CR	40h	R\$ 1.506,26	Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental.
Auxiliar de Serviços Gerais - Interno	CR	40h	R\$ 1.506,26	Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental.
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF	CR	40h	R\$ 1.793,05	2º Grau Completo, Curso de Atendente de Consultório Dentário ou equivalente e Registro no órgão fiscalizador competente.
Auxiliar Operacional de Creche	CR	40h	R\$ 1.517,47	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino fundamental.
Cirurgião Dentista- ESF	CR	40h	R\$ 5.281,96	Curso superior em Odontologia, com registro no conselho ou órgão competente.
Eletricista	CR	40h	R\$ 2.080,88	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Médio e Curso Técnico em Eletricidade, experiência e treinamento na área de atuação, e Registro no Órgão competente se houver.
Enfermeiro	CR	30h	R\$ 5.702,00	Curso Superior em Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão competente.
Enfermeiro - ESF	CR	40h	R\$ 5.433,64	Curso Superior em Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão competente.
Engenheiro Agrimensor	CR	40h	R\$ 5.537,01	Curso Superior em Engenharia de Agrimensura e registro no Conselho ou Órgão competente.
Farmacêutico Bioquímico	CR	40h	R\$ 5.701,99	Curso Superior em Farmácia e registro no Conselho ou Órgão competente.
Fiscal de Tributos	CR	40h	R\$ 2.039,62	Ensino Médio Completo e conhecimento em informática.
Fiscal de Obras e Serviços	CR	40h	R\$ 2.039,62	Ensino Médio Completo e conhecimento em informática.
Fisioterapeuta	CR	20h	R\$ 4.088,45	Curso Superior em Fisioterapia e registro no Conselho ou Órgão competente.

Fiscal de Vigilância Sanitária	CR	40h	R\$ 2.039,62	Ensino Médio Completo e conhecimento em informática.
Fonoaudiólogo	CR	20h	R\$ 3.820,98	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no Conselho ou Órgão competente.
Lubrificador/ Lavador	CR	40h	R\$ 1.875,62	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental.
Médico	CR	40h	R\$ 14.113,31	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente.
Médico - ESF	CR	40h	R\$ 16.900,00	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente.
Médico Ginecologista	CR	20h	R\$ 7.056,65	Curso superior em Medicina e registro no Conselho ou órgão competente. Especialista na área de atuação (Ginecologia e obstetrícia).
Médico Pediatra	CR	20h	R\$ 7.056,65	Curso superior em Medicina e registro no Conselho ou órgão competente. Especialista na área de atuação (Pediatría).
Médico Psiquiatra	CR	20h	R\$ 7.056,65	Curso superior em Medicina e registro no Conselho ou órgão competente. Especialista na área de atuação (Psiquiatria).
Merendeira	CR	40h	R\$ 1.517,47	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental.
Monitor de Ônibus	CR	40h	R\$ 1.557,52	Ensino Médio Completo.
Monitor de Educação	CR	40h	R\$ 1.557,52	Portador de Atestado de Conclusão do Ensino Médio e experiência na área de atuação.
Monitor de Música	CR	20h	R\$ 1.506,26	Ensino Médio Completo e experiência na área de atuação.
Monitor de Dança	CR	20h	R\$ 1.506,26	Ensino Médio Completo e experiência na área de atuação.
Motorista - Categoria B	CR	40h	R\$ 2.595,20	Portador de Atestado de Conclusão do Ensino fundamental, experiência e treinamento na área de atuação e portador de CNH profissional na categoria mínima B, de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN, bem como, apresentação de exame toxicológico.

Motorista - Categoria C	CR	40h	R\$ 2.595,20	Portador de Atestado de Conclusão do Ensino fundamental, experiência e treinamento na área de atuação e portador de CNH profissional na categoria mínima C, de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN, bem como, apresentação de exame toxicológico.
Motorista - Categoria D	CR	40h	R\$ 2.595,20	Portador de Atestado de Conclusão do Ensino fundamental, experiência e treinamento na área de atuação e portador de CNH profissional na categoria mínima D, de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN, bem como, apresentação de exame toxicológico.
Nutricionista	CR	40h	R\$ 5.701,98	Curso Superior em Nutrição com Registro no Conselho competente.
Operador de Equipamento	CR	40h	R\$ 2.595,20	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental, experiência e treinamento na área de atuação e portador de CNH profissional na categoria mínima C, de acordo com as exigências do DETRAN/DENATRAN.
Pintor	CR	40h	R\$ 1.875,62	Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental e experiência na área de atuação.
Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Ensino Religioso	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Ciências da Religião ou Ensino Religioso ou Certificado de Curso Superior em Religião com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Educação Física - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura em Educação Física com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Arte - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Artes Visuais com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Geografia - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Geografia com registro no MEC.

Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Matemática - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - História - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura em História com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Fundamental e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Ciências - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e/ou Ciências da Natureza com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico, Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Língua Portuguesa - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Letras com registro no MEC.
Professor de Ensino Médio - Biologia - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas com registro no MEC.
Professor de Ensino Básico Ensino Médio e Anos Finais de 6º ao 9º ano - Língua Estrangeira Inglês - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Letras Inglês com registro no MEC.
Professor de Ensino Médio - Química - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Química com registro no MEC.
Professor de Ensino Médio - Física - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Física com registro no MEC.
Professor de Ensino Médio - Filosofia - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Filosofia com registro no MEC.
Professor de Ensino Médio - Sociologia - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Sociologia com registro no MEC.

Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - de 1º ao 5º ano - Alfabetização e Nivelamento - EJA (Educação de Jovens e Adultos)	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Ensino Fundamental anos iniciais, ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Complementação Pedagógica em Ensino Fundamental anos iniciais com registro no MEC.
Professor de Ensino Fundamental- Anos Iniciais - Arte	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Arte com registro no MEC.
Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Educação Física	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura em Educação Física com registro no MEC.
		20h	R\$ 2.444,00	
Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Língua Estrangeira Inglês	CR	10h	R\$ 1.222,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior em Letras Inglês com registro no MEC.
		20h	R\$ 2.444,00	
Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais de 1º ao 5º ano	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Ensino Fundamental anos iniciais, ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Complementação Pedagógica em Ensino Fundamental anos iniciais com registro no MEC.
Professor de Ensino Infantil - 0 a 5 Anos	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil, ou Licenciatura Plena em Pedagogia com complementação em Ensino Infantil com registro no MEC.
Professor - Bilingue Libras	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de conclusão de curso superior em licenciatura plena em Pedagogia ou em área específica da Educação Básica, e certificado de conclusão de curso de especialização ou formação específica em Educação Bilíngue para Surdos, Libras ou Tradução/Interpretação de Libras. Alternativamente ao certificado de conclusão de curso de especialização, poderá ser apresentado certificado de conclusão de curso de formação continuada reconhecido pelo MEC, em Libras (mínimo de 180 horas).

Professor de Educação Especial (segundo professor)	CR	20h	R\$ 2.444,00	Certificado de conclusão de curso superior em licenciatura plena em Pedagogia ou em área específica da Educação Básica (conforme o nível/modalidade de atuação), e certificado de conclusão de curso de especialização (pós-graduação lato sensu) em Educação Especial (Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Psicopedagogia Institucional etc.).
Psicólogo	CR	40h	R\$ 4.092,18	Curso Superior em Psicologia e registro no Conselho ou Órgão competente.
Recepcionista / Telefonista	CR	40h	R\$ 1.875,62	Ensino Médio Completo e conhecimento em informática.
Secretario de Escola	CR	40h	R\$ 1.946,40	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de 2º Grau Técnico e/ou com registro no órgão fiscalizador da profissão, se houver, e experiência comprovada na área de atuação
Servente de Escola	CR	40h	R\$ 1.517,47	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental.
Técnico de Enfermagem	CR	40h	R\$ 2.039,62	Ensino Médio Completo, Curso em Técnico de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão Competente.
Técnico de Enfermagem - ESF	CR	40h	R\$ 2.038,35	Ensino Médio Completo, Curso em Técnico de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão Competente.
Técnico em Informática	CR	40h	R\$ 2.642,39	Ensino Médio Completo e Certificado de Curso Técnico de informática.
Vigia	CR	40h	R\$ 1.875,62	Portador do Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental e experiência na área de atuação.

- 4.2 A comprovação da formação mínima exigida do candidato no cargo e área de atuação de inscrição constará na apresentação do diploma (original e fotocópia) devidamente registrado, que deverá ser apresentado no ato de posse.
- 4.3 Será considerada formação na área de Educação os cursos relativos aos temas relacionados na área da Educação na Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (Anexo 4 deste Edital) e reconhecidos pelo Ministério da Educação.

5 REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

5.1 São requisitos básicos para admissão:

- Exame Médico Admissional (a ser agendado pelo Departamento de Pessoal).

- Cópia da Carteira de identidade.
- Cópia do CPF.
- Cópia do Título de Eleitor, comprovante da última eleição ou Certidão relativa à quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos.
- Comprovante de residência atualizado.
- Certidão Negativa Criminal (Justiça Estadual e Justiça Federal).
- Carteira Nacional de Habilitação, categorias B, C e D, para os cargos de Motorista e Operador de Equipamento.
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo.
- Certificado de dispensa de incorporação ou reservista (para candidatos do sexo masculino).
- PIS/PASEP, atualizado conforme consta na Caixa e CTPS.
- Cartão do SUS.
- Comprovante de inscrição no conselho profissional ou órgão competente.
- Conta bancária.
- Cópia do RG, CPF, da Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos filhos (se tiver).
- Declaração de que não exerce outro cargo em órgão Público Federal, Estadual e Municipal (em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, deverá informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária.
- Declaração de bens.
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinares/penalidades disciplinares.
- Declaração do Imposto de Renda (atualizada).
- Exame toxicológico (para os cargos de motoristas).

6 INSCRIÇÕES

- 6.1 A inscrição no Processo Seletivo Público deverá ser efetuada unicamente pela Internet, no período determinado no Cronograma do Anexo I, horário Oficial de Brasília (DF).
- 6.2 As opções por função não poderão ser alteradas após o pagamento do valor da inscrição.

Valores

O valor da taxa de inscrição é de:

Para as funções de Nível Fundamental - R\$ 50,00:

- Auxiliar Serviços Gerais - Externo, Auxiliar Serviços Gerais - Interno, Auxiliar Operacional de Creche, Lubrificador/ Lavador, Merendeira, Motorista categoria B, Motorista categoria C, Motorista categoria D, Operador de Equipamento, Pintor, Servente de Escola, Vigia.

Para as funções de Nível Médio - R\$ 80,00

- Agente Comunitário de Saúde, Agente Administrativo, Agente de Combate às Endemias, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Eletricista, Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Serviços, Fiscal de Vigilância Sanitária, Monitor de Ônibus, Monitor de Educação, Monitor

de Música, Monitor de Dança, Recepcionista/Telefonista, Secretário de Escola, Técnicos de Enfermagem e Técnico de Informática.

Para as funções de Nível Superior - R\$ 120,00

- Assistente Social, Cirurgião Dentista - ESF, Enfermeiros, Farmacêutico Bioquímico, Engenheiro Agrimensor, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médicos (todos), Nutricionista, Psicólogo, Professores (todos).

Instruções para efetuar a inscrição

6.3 Para efetuar a inscrição:

- Acessar o site **www.institutolegalle.org.br** do Processo Seletivo Público;
- Preencher o Formulário de Inscrição no Processo Seletivo Público e imprimir uma cópia do Comprovante de Inscrição que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto até as 18 horas do último de inscrições e efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou home banking até o último dia de pagamento das inscrições, observando o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações.

6.4 O preenchimento do Formulário de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida, após o pagamento do valor da inscrição, a alteração das informações prestadas, exceto a incorreção na grafia do nome do candidato ou mudança de endereço, telefones de contato ou e-mail.

6.5 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido no site do Processo Seletivo Público, não sendo aceitos pagamentos por qualquer outra forma ou meio, sendo obrigação do candidato conferir as informações de pagamento do boleto.

6.6 Se pretender efetuar o pagamento do boleto na data de encerramento das inscrições, o candidato deverá fazê-lo até o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações, **que não é o mesmo para todos os bancos**. O pagamento efetuado após o horário limite só será executado com data contábil do próximo dia útil e, desta maneira, não será aceito pelo Instituto Legalle uma vez que o boleto correspondente ao pagamento deve ser quitado até as 23h59min do último dia de inscrições.

6.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

6.8 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

6.9 A inscrição só será processada quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo cancelada a inscrição cuja taxa de inscrição for paga com cheque sem cobertura de fundos ou com qualquer outra irregularidade.

6.10 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente homologadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

6.11 O valor da taxa de inscrição não será restituído, por qualquer razão, exceto por cancelamento ou anulação da função ou do Processo Seletivo Público.

6.12 Verificando-se mais de uma inscrição para o mesmo candidato/função, será considerada apenas a última inscrição isenta ou paga.

6.13 Não sendo possível identificar a última inscrição paga ou isenta, será considerado o número gerado no ato da inscrição, validando-se a última inscrição gerada.

6.14 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste Edital.

- 6.15 O Instituto Legalle e a Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores.
- 6.16 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.
- 6.17 Quando da inscrição, o candidato fará o cadastro de uma senha para acesso à **ÁREA DO CANDIDATO**. A referida senha é pessoal e intransferível e possibilitará o acesso a informações sobre o seu desempenho, respostas aos recursos interpostos, bem como a alteração de dados cadastrais permitidos.

7 ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 7.1 São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo os candidatos pertencentes a família de baixa renda e doadores de medula óssea.
- 7.2 Para fazer jus à isenção do pagamento o candidato deverá:
- assinalar, no Formulário de Inscrição, a opção ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO;
 - selecionar a modalidade de benefício a qual deseja isenção da taxa de inscrição; e
 - fazer o *upload* (carregamento) do comprovante da solicitação, a documentação exigida pela lei que lhe concedeu o benefício:

Lei Federal nº 13.656/2018

- a comprovação da pertencente à família de baixa renda será efetuada através da apresentação de documento expedido pelo Comprovante de inscrição no Cadastro Único, emitido através de consulta no endereço eletrônico do Consulta Cidadão - Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao, nos últimos 30 (trinta) dias antes do ato de inscrição.
- a comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME - Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente Edital.

8 VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 8.1 Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Público, sendo a eles reservado o percentual de 5% das vagas, desde que aprovados no Processo Seletivo Público e em face da classificação obtida, na forma da legislação própria e do presente Edital.
- 8.2 Considera-se pessoa com deficiência a inserida nas seguintes categorias:
- **deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- **deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz, e 3.000 Hz;
 - **deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. De acordo com o Decreto Estadual nº 2.874/2009, a visão monocular é considerada como deficiência para reserva de vagas.
 - Conforme a Súmula 377, do STJ, “O portador de **visão monocular** tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.”
 - **deficiência intelectual:** origina-se antes da idade de 18 anos e é caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que abrangem muitas habilidades sociais cotidianas e práticas;
 - **Transtorno do Espectro Autista:** caracterizado como:
 - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou
 - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos.
 - **deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.
 - **deficiência orgânica renal crônica estágio V:** pessoas com transplante renal, pacientes com insuficiência renal crônica, lesão renal progressiva e irreversível da função dos rins em sua fase mais avançada, com identificação no Código Internacional de Doenças (CID) pelos números CID N18.0, N18.9 e Z94.0 (rim transplantado);
 - **mielomeningocele (espinha bífida):** Código Internacional de Doenças (CID) número CID Q05.
- 8.3 A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
- 8.4 Ao se inscrever no Processo Seletivo Público, o candidato pessoa com deficiência declara que conhece os termos do edital do Processo Seletivo Público e que é pessoa com deficiência para fins de reserva de vaga.
- 8.5 A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar a pessoa com deficiência na execução das atribuições do cargo é impeditiva à inscrição no Processo Seletivo Público ou à estabilidade no mesmo.
- 8.6 Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.
- 8.7 Para concorrer às vagas reservadas, os candidatos com deficiência deverão:
- assinalar o item específico de **Reserva de Vaga para PcD** no Formulário de Inscrição no Processo Seletivo Público;
 - fazer o *upload* (carregamento) do comprovante da solicitação no site do Processo Seletivo Público www.institutolegalle.org.br, até as 18 horas **do último dia de inscrição** da seguinte documentação:

- **Laudo médico** atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

Não serão validados os laudos (atestados) que não contiverem expressamente a espécie e o grau ou nível da deficiência, o código da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.



- 8.8 Não será deferido o pedido de inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, do candidato que não enviar a documentação exigida no prazo determinado.
- 8.9 A listagem de candidatos que realizaram a solicitação para concorrer às vagas reservadas as pessoas com deficiência será publicada no site do Processo Seletivo Público, cabendo recurso do indeferimento, que deve ser interposto nos prazos e de acordo com as normas do presente Edital.
- 8.10 Os candidatos com deficiência submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação de equipe multiprofissional, que avaliará a compatibilidade entre as atribuições dos cargos e a deficiência do candidato.
- 8.11 A avaliação dos candidatos com deficiência será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva.
- 8.12 Será excluído da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas às pessoas com deficiência, o candidato que não atender à convocação para a avaliação da equipe multiprofissional e/ou cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não seja constatada, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 8.13 Não será admitido recurso relativo à condição de pessoa com deficiência do candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 8.14 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total, o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência, os quais serão chamados da seguinte forma: a 5ª, 11ª, 21ª, 31ª vaga e assim sucessivamente destinadas às pessoas com deficiência.
- 8.15 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, elas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados na lista de livre concorrência.

9 SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 9.1 Os documentos exigidos para os requerimentos de condições especiais deverão ser enviados, **até as 18 horas do último dia de inscrições**, por *upload* (carregamento) no site do Processo Seletivo Público.

Benefício da Lei nº 11.689/2008

- 9.2 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei Federal nº 11.689/2008, deverão entregar a seguinte documentação:
- Certidão e/ou declaração e/ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP.

Condições Especiais

- 9.3 Para solicitar condições especiais para realização de qualquer uma das provas, o candidato deverá:

- Assinalar o item específico de **Condições Especiais** no Formulário de Inscrição no Processo Seletivo Público;
- Fazer o upload no site do Processo Seletivo Público, até as 18 horas do último dia de inscrição, da seguinte documentação:
 - **Laudos médicos** com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID), com carimbo indicando o número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão, justificando a condição especial solicitada.

O candidato que necessitar de mais de uma condição especial, pode selecionar o campo "Outros" e descrever essas condições especiais.



- 9.4 Serão oferecidas para os candidatos com deficiência, mediante requerimento: prova ampliada (fonte 16-20), fiscal leitor, intérprete de libras, auxílio para transcrição e aparelho notebook, acesso à cadeira de rodas, e tempo adicional de até 1 hora para realização da prova (somente para os candidatos com deficiência visual).
- 9.5 O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência até as 16 horas do último dia de inscrição.
- 9.6 O candidato que solicitar atendimento para cegueira, surdo-cegueira, baixa visão, visão monocular e/ou outra condição específica e tiver sua solicitação confirmada poderá ser acompanhado por cão guia e utilizar material próprio: lâmina overlay, reglete, punção, soroban ou cubaritmo, caneta de ponta grossa, tiposcópio, assinador, óculos especiais, lupa, telulupa, luminária, tábuas de apoio, multiplano, plano inclinado, medidor de glicose e bomba de insulina. Os recursos serão vistoriados pelo fiscal de sala.

Candidata Lactante

- 9.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada, para tanto deverá:
- Assinalar o item específico de **Sala de Amamentação** no Formulário de Inscrição no Processo Seletivo Público;
 - Fazer o upload no site do Processo Seletivo Público, até as 18 horas do último dia de inscrição, da seguinte documentação:
 - **Certidão de nascimento** para amamentação de criança até 6 meses de idade e criança acima de 6 meses de idade será necessário apresentar a **Certidão de nascimento e o atestado de amamentação emitido por médico responsável**, que justifique o atendimento especial solicitado.
- 9.8 Seguir estritamente as normas de conduta estabelecidas no Edital:
- No dia da prestação da prova a candidata deverá ser acompanhada de pessoa maior de 18 anos. A criança ficará sob a guarda e responsabilidade do acompanhante em sala reservada para essa finalidade. A ausência de acompanhante implicará a impossibilidade de a candidata prestar a prova.
 - No momento da amamentação a candidata será levada ao local destinado para esta finalidade, na companhia de um fiscal. É vedada a presença do acompanhante no ato da amamentação.
 - O acompanhante não poderá portar os materiais e equipamentos vedados aos candidatos que prestam prova. Caso, inadvertidamente, traga quaisquer desses materiais deverão entregá-los à Coordenação.
 - O acompanhante só poderá retirar-se do local reservado, salvo por motivo de força maior, acompanhado por um fiscal designado pelo Instituto Legalle.

- O tempo despendido na amamentação, limitado a intervalos de 30 minutos a cada 2 horas, se necessário, será compensado durante a realização da prova, em igual período.

Portadores de Implantes Metálicos

- 9.9 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os que usem marcapasso e/ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.

Solicitações Motivadas por Práticas Religiosas

- 9.10 Os candidatos que necessitarem de atendimento diferenciado por motivos religiosos (uso de cobertura durante as provas ou realização da prova após o pôr do sol de sábado), deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e entregar a seguinte documentação:
- **Declaração** da congregação religiosa a que pertencem, atestando a sua condição de membro.

10 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 10.1 As inscrições que preencherem todas as condições dispostas neste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo Público.

11 PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 11.1 A Prova Teórico-Objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada **para todos os cargos**. Consistirá em questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de resposta, das quais apenas uma será correta.
- 11.2 A Prova Teórico-Objetiva será aplicada na data provável determinada no Cronograma do Anexo I, em locais que serão divulgados no site do Processo Seletivo Público.

Cronograma de aplicação da Prova Teórico-Objetiva

- 11.3 A Prova Teórico-Objetiva para todos os cargos terá duração de até 3 horas.

Áreas de Conhecimento

- 11.4 As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 3.1 Composição da Prova Teórico-Objetiva para os cargos de Auxiliares Serviços, Auxiliar Operacional de Creche, Lubrificador/Lavador, Merendeira, Pintor, Servente de Escola e Vigia.

Área de Conhecimento	Conteúdo	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	4	4	12
	Matemática	3	4	12
	Conhecimentos Gerais/Atualidades	3	5	15
	Legislação	5	4,75	19
Conhecimentos Específicos		5	6	42
Totais		20	—	100

Tabela 3.2 Composição da Prova Teórico-Objetiva para os cargos de Motoristas (todos) e Operador de Equipamento.

Área de Conhecimento	Conteúdo	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	4	2	8
	Matemática	3	2	6
	Conhecimentos Gerais/Atualidades	3	2	6
	Legislação	5	2,5	12,5
Conhecimentos Específicos		5	3,5	17,5
Totais		20	—	50

Tabela 3.3 Composição da Prova Teórico-Objetiva para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente Administrativo, Agente de Combate às Endemias, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Eletricista, Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Serviços, Fiscal de Vigilância Sanitária, Monitor de Ônibus, Monitores (todos), Recepcionista/Telefonista, Secretário de Escola, Técnicos de Enfermagem e Técnico de Informática.

Área de Conhecimento	Conteúdo	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	4	4	16
	Matemática/Informática	3	4	12
	Conhecimentos Gerais/Atualidades	3	4	12
	Legislação	5	5	25
Conhecimentos Específicos		5	7	35
Totais		20	—	100

Tabela 3.4 Composição da Prova Teórico-Objetiva para os cargos de Assistente Social, Cirurgião Dentista - ESF, Engenheiro Agrimensor, Enfermeiros, Farmacêutico Bioquímico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médicos (todos), Nutricionista e Psicólogo.

Área de Conhecimento	Conteúdo	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	4	4	16
	Matemática/Informática	3	4	12
	Conhecimentos Gerais/Atualidades	3	4	12
	Legislação	5	5	25
Conhecimentos Específicos		5	7	35
Totais		20	—	100

Tabela 3.5 Composição da Prova Teórico-Objetiva para os cargos de Professores (todos).

Área de Conhecimento	Conteúdo	nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	2,8	14
	Legislação	4	4	16
	Fundamentos da Educação	6	5	30
Conhecimentos Específicos		5	6	30
Totais		20	—	90

11.5 O valor de cada questão é o especificado nas tabelas 3.1 a 3.5, considerando-se aprovado, o candidato que obtiver nota total igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de pontos.

- 11.6 O candidato que não obtiver os desempenhos mínimos não terá classificação alguma no Processo Seletivo Público.
- 11.7 Os candidatos que obtiverem os desempenhos mínimos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota.

Normas Gerais para prestar a Prova Teórico-Objetiva

- 11.8 Para prestar a Prova Teórico-Objetiva com questões objetivas, o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 11.9 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 11.10 Quando da realização da Prova Teórico-Objetiva, o candidato deverá, ainda, obrigatoriamente, levar caneta esferográfica, fabricada em material transparente, **de tinta preta**. O uso de caneta de tinta azul poderá gerar a falha na leitura do cartão de respostas, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a utilização de caneta adequada para a realização da Prova. O candidato não pode utilizar outro tipo de caneta ou material.
- 11.11 Por motivo de segurança, poderão ser aplicadas provas de mesmo teor, porém com gabaritos diferenciados, de forma que, caberá ao candidato marcar o TIPO DE PROVA em seu Cartão de Respostas correspondente ao do Caderno de Questões recebido. Caso o candidato não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e o candidato estará automaticamente eliminado do Concurso Público. Após a aplicação da Prova Objetiva não poderá haver mudança no tipo de prova indicado pelo candidato no Cartão de Respostas.
- 11.12 O preenchimento do cartão resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.
- 11.13 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.
- 11.14 Será atribuída nota **0,00** às respostas de questões objetivas:
- cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
 - que contenha emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
 - contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
 - que não estiver assinalada no cartão de respostas;
 - assinalada em cartão resposta sem a assinatura do candidato;
 - preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 11.15 Só será permitido o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar no portão de entrada até o horário determinado no Edital para o fechamento dos portões.
- 11.16 É de responsabilidade do candidato localizar com antecedência o portão de entrada, bem como a sala em que prestará a prova. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado, seja qual for o motivo alegado para o atraso.
- 11.17 Os candidatos, para participar da Prova Teórico-Objetiva com questões objetivas, deverão submeter-se às determinações da autoridade sanitária vigentes na data de aplicação da prova,

caso estejam em vigor na data de aplicação da prova. Tais exigências serão informadas por aviso publicado no site do Processo Seletivo Público, quando da informação dos locais de prova.

- 11.18 O Instituto Legalle, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da Prova Teórico-Objetiva ou transferir suas datas e/ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas pelo site do Processo Seletivo Público, por mensagem enviada para o e-mail informado pelo candidato, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.
- 11.19 Para prestar a prova o candidato deverá apresentar documento de identificação original, não se aceitando cópias (mesmo autenticadas) ou protocolos.
- 11.20 São considerados documentos de identidade:
- Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional;
 - Passaporte;
 - Certificado de reservista (com foto);
 - Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;
 - Carteira de trabalho; e
 - Carteira nacional de habilitação (com foto).

Caso o candidato apresente o documento em formato digital, só serão aceitos o RG, a carteira nacional de habilitação e o e-título, desde que apresentados nos aplicativos oficiais e com foto.

- 11.21 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 dias.
- 11.22 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.23 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 11.24 Em face de eventual divergência, o Instituto Legalle, poderá exigir a apresentação do original do comprovante de pagamento da inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 11.25 O Instituto Legalle, poderá, a qualquer momento, submeter os candidatos à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação por documento e/ou datiloscopia, ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 11.26 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar a situação ao Instituto Legalle, até o último dia de inscrições. A comunicação deverá ser acompanhada de original de laudo médico que comprove as informações prestadas.
- 11.27 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
- canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta da cor preta;
 - documento de identificação;
 - comprovante do pagamento da inscrição;
 - caso assim deseje, água e pequeno volume de alimentos, acondicionados em embalagem plástica transparente sem qualquer rótulo ou etiquetas.

- 11.28 Para fazer uso de medicamentos, aparelhos auriculares, talas e bandagens, o candidato deverá apresentar à Coordenação Local a respectiva prescrição médica.
- 11.29 É vedada a comunicação de qualquer natureza com outros candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares e/ou quaisquer outros transmissores ou receptores de ondas de rádio (como controles de portões ou chaves remotas de veículos) e/ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, o uso de medicamentos, óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 11.30 Não será permitida, em qualquer hipótese, a entrada de candidato armado nos locais onde se realizam as provas. O Instituto Legalle não manterá qualquer armamento sob sua guarda.
- 11.31 Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 11.32 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- 11.33 O Instituto Legalle e a Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos ou equipamentos - mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala - veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 11.34 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de provas fora do horário e locais marcados para todos os candidatos.
- 11.35 O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de questões após transcorrido 1 (uma) hora de prova.

12 PROVA DE TÍTULOS

- 12.1 A Prova de Títulos de caráter classificatório, para as funções de **Professores**, nas respectivas áreas de atuação, constará da avaliação dos Certificados de Cursos de Pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), unicamente na área de conhecimento correlato e intrínseco à função para a qual se inscreveu ou em Educação, entregues no período determinado, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos no presente edital.
- 12.2 Somente serão divulgadas as notas dos títulos dos candidatos aprovados na Prova Teórico-Objetiva.
- 12.3 Para participar da Prova de Títulos, o candidato, após a sua inscrição, deverá encaminhar ao Instituto Legalle, **até as 18 horas do último dia de inscrições**, a documentação comprobatória dos títulos.
- 12.4 Todos os cursos previstos para pontuação na avaliação de títulos deverão estar concluídos até a data da publicação do Edital de abertura deste Processo Seletivo.
- 12.5 Não são admitidas, após o término do prazo determinado para a apresentação, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 12.6 Devem ser entregues cópias simples (não é necessário autenticação), em boa qualidade que permitam a fácil leitura e análise de todas as folhas do documento, inclusive anexos, frente e verso, sem rasuras, borrões ou qualquer alteração. Documentos digitais (upload) devem se restringir aos formatos PDF, PNG ou JPG.

Não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou aqueles nos quais não se consiga identificar as informações necessárias para a avaliação, conforme previsões editalícias.



12.7 Os documentos poderão ser entregues:

- **pela internet** através de upload (carregamento) no site do Processo Seletivo Público.

12.8 O candidato deverá enviar ou protocolar os documentos para a Prova de Títulos em separado de qualquer outra documentação entregue, cuidando para que seja aposto o número correto da sua inscrição. A indicação de número de inscrição é de responsabilidade do requerente.

Não serão avaliados os documentos entregues no mesmo protocolo do pedido de isenção ou para prova de títulos ou com número de inscrição diverso da do candidato.



Documentos para prova de títulos

12.9 Os documentos apresentados, nos prazos e meios previstos pelo Edital, serão analisados e pontuados conforme disposto na Tabela 4.

12.10 Documentação aceita para comprovação dos cursos de pós-graduação:

Cursos de pós-graduação

- Certificado de pós-graduação em nível de especialização (frente e verso).
- Diploma de mestrado ou doutorado (frente e verso).

12.11 Os títulos serão avaliados não cumulativamente. Somente será pontuado um único título. No caso de apresentação de mais de um documento, será atribuída pontuação ao de maior valor acadêmico.

12.12 Não serão aceitos para pontuação os documentos incompletos, ilegíveis, rasurados e ou emitidos em desacordo com o disposto neste Edital.

12.13 Os diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, nos termos do § 2º do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

12.14 Os documentos emitidos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução por tradutor oficial, sem o qual não serão pontuados.

12.15 O candidato, ao entregar o título/documento, declara para todos os fins e efeitos que o documento é autêntico e que foi emitido regular e legalmente. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

12.16 Não serão aceitos os títulos em que:

- o emissor não seja corretamente identificado, com nome, endereço e número de registro no órgão competente;
- o responsável pela emissão não seja identificado (serão aceitas assinaturas digitais, desde que indicado o link para confirmação);
- o nome do beneficiário seja divergente do constante na inscrição e a alteração não seja comprovada por documento legal, como, por exemplo, certidão de casamento/divórcio/retificação de registro civil;
- contenham qualquer rasura, rasgo ou mancha.

12.17 Não poderão ser apresentados para a Prova de Títulos os títulos que se constituírem qualificação mínima para a função provisória para a qual o candidato se inscreveu. Por exemplo, não pode apresentar título de pós-graduação lato sensu o candidato cujo cargo exigir este título como condição para inscrição.

12.18 Serão considerados cursos na área de Educação unicamente os cursos relativos aos temas relacionados na área da Educação na Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (Anexo 4 deste Edital).

12.19 A cópia do título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.

Avaliação Prova de Títulos

12.20 Os documentos apresentados, que preencherem todas as condições descritas no Edital, serão pontuados de acordo com a tabela abaixo.

Pontuação dos títulos apresentados

Tabela 4 Pós-Graduação

Documento apresentado	Pontuação
Pós-Graduação <i>lato sensu</i> - Especialização <i>Lato Sensu</i> /MBA, de no mínimo 360h/aula, acompanhado de histórico acadêmico.	3,00
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> - Mestrado, acompanhado de histórico acadêmico.	6,00
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> - Doutorado, acompanhado de histórico acadêmico.	10,00

13 PROVA PRÁTICA

13.1 A segunda etapa do Processo Seletivo Público para os cargos de **Motorista categoria B, Motorista categoria C, Motorista categoria D e Operador de Equipamento** será a Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório.

13.2 A Prova Prática será aplicada na data provável definida no Cronograma do Anexo I, na cidade de Balneário Arroio do Silva, em locais e horários que serão informados no Edital de Convocação a ser publicado no site do Processo Seletivo Público.

13.3 Serão convocados para a Prova Prática todos os candidatos presentes na prova teórica, sendo desclassificados automaticamente em caso de ausência.

13.4 Na hipótese de empate o desempate será feito aplicando-se sequencialmente os seguintes critérios:

- O disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso (possuírem 60 anos completos ou mais), considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições;
- Maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos da Prova Teórico-Objetiva;
- Maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa da Prova Teórico-Objetiva;
- Maior pontuação nas questões de Matemática da Prova Teórico-Objetiva;
- Maior pontuação nas questões de Legislação da Prova Teórico-Objetiva;
- Maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
- Condição de jurado comprovada nos termos do Edital;
- Maior idade (na data do final das inscrições no Processo Seletivo Público), considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento.
- Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

13.5 Para participar da Prova Prática os candidatos deverão comparecer ao local de prova, no dia e horário constantes no Edital de Convocação, munidos de documento oficial de identificação (original e em perfeito estado de conservação), não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas e/ou protocolos.

- 13.6 Não será permitida a entrada no local de prova de candidatos não convocados, ou que chegarem com atraso (não havendo qualquer tolerância) ou que não portarem o documento de identificação.
- 13.7 Não serão considerados os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas etc.) para remarcação ou justificativa de não comparecimento e ou pedido de remarcação da Prova Prática.
- 13.8 Os candidatos não poderão ingressar no local de prova portando armamento, livros, revistas, textos e ou qualquer material escrito e ou digital, bem como relógios digitais, telefones celulares de qualquer tipo, máquinas fotográficas, computadores e ou qualquer equipamento transmissor ou receptor de ondas eletromagnéticas. Caso os tenham em seu poder devem entregar, sem prévio aviso, ao fiscal do Instituto Legalle que guardará o material não permitido por pura liberalidade, exceto qualquer tipo de armamento, não assumindo qualquer responsabilidade por dano que venham a sofrer, acidente, roubo ou extravio. O simples porte, mesmo que não esteja em uso, destes materiais em qualquer das dependências e ou momento da Prova Prática implicará a desclassificação do candidato.
- 13.9 Ao chegarem ao local da prova, após identificação, os candidatos permanecerão em local indicado até serem chamados para a prova e dele só poderão sair na companhia de um fiscal de sala. Terminada a prova deverão retirar-se do local e não poderão regressar sob nenhuma alegação.
- 13.10 Serão chamados para prestarem a prova na rigorosa ordem de classificação, não sendo permitidas as presenças de outros candidatos ou de pessoas que não façam parte da equipe do Instituto Legalle. Os candidatos não poderão filmar ou gravar em áudio ou vídeo a sua apresentação.

Descrição das Provas Práticas

- 13.11 Todos os candidatos iniciarão a prova com a nota máxima atribuída à prova prática.
- 13.12 Durante a prova prática, os candidatos serão avaliados por profissionais que registrarão, quando for o caso, o cometimento de faltas conforme os critérios e valores pré-estabelecidos para aferição final do resultado.
- 13.13 O cometimento de faltas, que implicará lançamento de pontos negativos, resulta na redução da nota final do candidato. Os candidatos serão avaliados em função da pontuação negativa, isto é, de acordo com as faltas cometidas durante todas as etapas do exame, atribuindo-se a seguinte pontuação:
- Faltas Eliminatórias: 50 (cinquenta) pontos negativos;
 - Faltas Graves: 10 (dez) pontos negativos;
 - Faltas Médias: 05 (cinco) pontos negativos;
 - Faltas Leves: 02 (dois) pontos negativos.
- 13.14 O Anexo 5 deste Edital apresenta o detalhamento das faltas que serão observadas pelos avaliadores na execução da prova prática.

14 CÁLCULO DA NOTA FINAL, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

Cálculo da Nota Final

- 14.1 Para as funções de Assistente Social, Agente Comunitário de Saúde, Agente Administrativo, Agente de Combate as Endemias, Auxiliares Serviços Gerais, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Auxiliar Operacional de Creche, Cirurgião Dentista ESF, Engenheiro Agrimensor, Enfermeiros, Farmacêutico Bioquímico, Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras e Serviços, Fisioterapeuta, Fiscal de Vigilância Sanitária, Fonoaudiólogo, Lubrificador/Lavador, Médicos (todos), Merendeira, Monitores (todos), Nutricionista, Psicólogo, Secretário de Escola, Servente de Escola, Técnico de Enfermagem, Técnico de Enfermagem ESF, Técnico de Informática e Vigia.

Nota Final = Nota da Prova Teórico-Objetiva

14.2 Para as funções de Professores.

Nota Final = Nota da Prova Teórico-Objetiva + Nota da Prova de Títulos

14.3 Para as funções de Motoristas (todos) e Operador de Equipamento.

Nota Final = Nota da Prova Teórico-Objetiva + Nota da Prova Prática**Classificação**

- 14.4 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da média obtida, expressa com 2 casas decimais sem arredondamento.
- 14.5 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 14.6 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito aplicando-se sequencialmente os seguintes critérios:
- 1º maior nota na Prova Prática (se aplicável ao cargo);
 - 2º maior nota em Conhecimentos Específicos da Prova Teórico-Objetiva;
 - 3º maior nota em Fundamentos da Educação (se aplicável ao cargo);
 - 4º maior nota em Língua Portuguesa da Prova Teórico-Objetiva;
 - 5º maior nota em Matemática da Prova Teórico-Objetiva (se aplicável ao cargo);
 - 6º maior nota em Matemática/Informática da Prova Teórico-Objetiva (se aplicável ao cargo);
 - 7º maior nota em Conhecimentos Gerais / Atualidades da Prova Teórico-Objetiva (se aplicável ao cargo);
 - 8º maior idade, apurado em ano, mês e dia;
 - 9º persistindo o empate, será realizado sorteio público;
 - 10º o sorteio, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por Edital e seu resultado fará parte da classificação final do Processo Seletivo Público.

Resultado Final

- 14.7 O resultado final do Processo Seletivo Público será publicado por meio de duas listagens:
- Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação;
 - Lista de Pessoas com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação.

15 RECURSOS

15.1 Caberão recursos dos seguintes atos do Processo Seletivo Público:

- Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição;
- Não homologação da inscrição;
- Não homologação dos pedidos de vagas reservadas;
- Indeferimento dos pedidos de condições especiais;
- Questões de Prova Teórico-Objetiva e gabarito provisório;

- Resultado da Prova Teórico-Objetiva;
- Nota da Prova de Títulos;
- Convocação para a Prova Prática;
- Resultado da Prova Prática;
- Convocação dos candidatos inscritos nas vagas PCD para comparecimento à comissão de comprovação;
- Resultado da avaliação dos candidatos inscritos para as vagas reservadas - pessoas com deficiência;
- Resultado Final.

Instruções para interposição de recursos

- acessar o site do Processo Seletivo Público e clicar na Área do candidato o link correspondente ao recurso;
- preencher online o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva.

15.2 Não serão analisados os recursos:

- interpostos por desacordo com as normas estabelecidas no Edital;
- entregues por meios não descritos no presente Edital;
- entregues após os prazos neste Edital.

15.3 Caso o candidato entregue mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Processo Seletivo Público, só será analisado o último transmitido, entregue ou recebido.

15.4 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.

15.5 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso.

15.6 No caso de erro na indicação da resposta correta, o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.

15.7 Alterada a pontuação e/ou classificação do candidato, de ofício, ou por força de provimento de recurso, poderá haver alteração da pontuação obtida e/ou da classificação.

15.8 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no site do Processo Seletivo Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.

15.9 Alterado o gabarito oficial pela Comissão, de ofício ou por força de provimento de recurso, a prova será corrigida de acordo com o novo gabarito ou o resultado de qualquer das etapas do Processo Seletivo Público será retificado, podendo haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

15.10 Não será admitido recurso requerendo, sem fundamentação clara e objetiva, a simples revisão da nota atribuída à prova de títulos.

15.11 Caso o candidato venha a interpor mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Processo Seletivo Público só será analisada a última impugnação recebida.

15.12 Não caberá pedido de revisão, em nível administrativo, da decisão da Comissão Organizadora em recurso interposto pelo candidato.

16 ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA A ADMISSÃO

- 16.1 O provimento dos cargos dar-se-á conforme as necessidades do Município de Balneário Arroio do Silva, seguindo rigorosamente a ordem de classificação dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Público.
- 16.2 Será vedada a admissão de candidato que apresentar qualquer restrição na Situação Cadastral Regular do CPF.
- 16.3 O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para o cargo e área de atuação declarada no ato de inscrição, no dia da escolha de vagas ou até a data da posse, não poderá ser admitido e será eliminado.
- 16.4 Em caso de perda, furto ou roubo do comprovante da formação mínima exigida, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.
- 16.5 Caso o candidato convocado para assumir a vaga não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para assumir a vaga no prazo estipulado, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo, sendo que o candidato irá automaticamente para o final da fila dos aprovados do Processo Seletivo.
- 16.6 A convocação para assumir a vaga será publicada no Diário Oficial do Município, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.
- 16.7 A admissão para o cargo dependerá de prévia inspeção médica oficial da Prefeitura Municipal. O candidato convocado somente será admitido se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
- 16.8 O candidato convocado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação da respectiva convocação, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, para apresentar os documentos de sua admissão.
- 16.9 O candidato que após a entrega da documentação para contratação for informado que existem documentos faltantes, terá direito de entrega do documento se estiver dentro do prazo de que consta no item anterior.

17 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 17.1 Delegam-se ao Instituto Legalle as seguintes competências:
 - divulgar amplamente o Processo Seletivo Público e o presente Edital;
 - receber as inscrições e respectivos valores;
 - homologar as inscrições;
 - analisar os pedidos de isenção;
 - avaliar os candidatos em todas as etapas previstas no presente edital;
 - receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
 - prestar informações sobre o Processo Seletivo Público, no período de realização do mesmo;
 - definir normas para aplicação das provas;
 - publicar o Resultado Final no site do Processo Seletivo Público.

18 FORO JUDICIAL

- 18.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Público previsto neste Edital é o da Comarca de Araranguá/SC.

19 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado no site do Processo Seletivo Público.
- 19.2 É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Processo Seletivo Público de que trata este Edital.
- 19.3 O edital, avisos e outras publicações no site do Processo Seletivo Público e as publicações legais, são as únicas fontes de informações válidas e estarão ao dispor dos candidatos no site do Instituto Legalle.
- 19.4 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases ou a não entrega da documentação obrigatória no prazo estabelecido, acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo Público.
- 19.5 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer a alteração através do e-mail: contato@institutolegalle.org.br até a data de publicação da homologação do resultado final.
- 19.6 O Instituto Legalle não fornecerá cópias dos documentos apresentados que, depois de protocolados, não poderão ser complementados a fim de comprovação de títulos.
- 19.7 Constatada qualquer irregularidade quanto à veracidade da documentação apresentada, o candidato terá sua inscrição cancelada ou o contrato cessado e os documentos serão encaminhados à comissão instituída pela Prefeitura Municipal, para abertura de processo administrativo.
- 19.8 É vedada a inscrição no Processo Seletivo Público de membros da Comissão do Processo Seletivo Público nomeados pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva e de funcionários do Instituto Legalle.
- 19.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Processo Seletivo Público do Instituto Legalle e pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva.
- 19.10 A contratação será efetivada de acordo com as conveniências do Município de Balneário Arroio do Silva, respeitado o limite prudencial de gastos estabelecidos pela lei e demais regras aplicáveis às despesas com pessoal.
- 19.11 O prazo de validade deste Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da publicação da homologação do resultado final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez.











Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de novembro de 2025.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal









Anexo 1 CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

O Cronograma de Atividade do Processo Seletivo Público poderá ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a sua comunicação no site do Processo Seletivo em www.institutolegalle.org.br.





Cronograma de Inscrições

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação do Edital	14/11/25	
 Período de Inscrições - Ampla Concorrência e Reserva de Vagas, Pedidos de condição especial para a prova	14/11/25	02/12/25
 Período de pedidos de isenção da taxa de inscrição	14/11/25	17/11/25
 Disponibilização dos resultados dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	19/11/25	
 Prazo recursal: indeferimento dos pedidos de isenção	20/11/25	25/11/25
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de isenção	27/11/25	
 Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	03/12/25	
 Homologação das Inscrições	05/12/25	
 Prazo recursal: homologação das inscrições	08/12/25	10/12/25
 Disponibilização das respostas aos recursos: homologação das inscrições	12/12/25	


Cronograma Prova Teórico-Objetiva e Prova Prática

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação dos locais e horários da Prova Teórico-Objetiva e Prova Prática	17/12/25	
 Aplicação da Prova Teórico-Objetiva e Prova Prática	21/12/25	
 Publicação do caderno de provas e do gabarito preliminar	22/12/25	
 Prazo recursal: gabarito preliminar	23/12/25	26/12/25
 Publicação das respostas aos recursos: gabarito preliminar	09/01/26	
 Resultado da Prova Teórico-Objetiva e da Prova Prática	09/01/26	
 Prazo recursal: Resultado da Prova Teórico-Objetiva e da Prova Prática	12/01/26	14/01/26
 Publicação das respostas aos recursos: Resultado da Prova Teórico-Objetiva e da Prova Prática	15/01/26	

Cronograma Prova de Títulos

Evento / Datas Prováveis		Início	Fim
 Envio dos Títulos		14/11/25	02/12/25
 Publicação do resultado preliminar da Prova de Títulos		09/01/2026	
 Prazo recursal: resultado da Prova de Títulos		12/01/26	14/01/26
 Publicação das respostas aos recursos: Resultado da Prova de Títulos		15/01/26	

Cronograma Resultado Final

Evento / Datas Prováveis		Início	Fim
 Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo		16/01/2026	

PCI Concursos